

“Não ganharemos o clima que queremos, se nos focarmos apenas na energia”, declara Matos Fernandes

26 de Fevereiro, 2021

João Pedro Matos Fernandes, ministro do Ambiente e da Ação Climática lembrou, esta sexta-feira, que Portugal, tendo sido o primeiro país a anunciar a neutralidade carbónica, acredita firmemente que só é possível criar valor e fazer a economia crescer dentro dos limites do sistema natural. E a Europa com o “desafio lançado” e com a “aprovação do *Green Deal*” sublinhou isso mesmo: “O investimento na sustentabilidade é essencial tanto para as melhorias das condições ambientais do planeta como para o crescimento económico”.

O responsável falou na sessão de abertura da conferência internacional **“Alterações Climáticas – Novos Modelos Económicos”** que decorre durante o dia de hoje.

Quando se fala em alterações climáticas, Matos Fernandes destacou que a primeira palavra que surge é “mitigação” e com isso a “redução das emissões”, algo que tem que ver com a energia mesmo numa “perspetiva mais alargada” do conceito de energia: “Isto é, que vai além da produção e consumo dessa mesma energia, mas também a energia que está presente nos transportes, na educação ou nas indústrias”, refere.

O ministro do Ambiente sabe que é fundamental o desafio de Portugal em reduzir 85% das suas emissões, mas assegura que não basta os esforços estarem centrados apenas no setor energético: “Não ganharemos o clima que queremos e nem atingiremos a neutralidade carbónica em 2050 se nos focarmos apenas na energia”. A discussão terá que ser assim alargada às “novas formas de produzir, de consumir e de usar todos os bens materiais que estão a nosso dispor”, sustenta, ressaltando que a “bioeconomia” e a “economia circular” são os dois temas centrais ao longo desta conferência.

Para Matos Fernandes, só com um “novo modelo” que valorize os materiais naturais e o capital natural e, que, em simultâneo, abandone o “modelo linear da economia”, aquele que extrai transforma, transporta, usa e descarta, para um outro onde tudo é circular e, onde não haverá resíduos porque tudo são recursos.

É certo que o combate às alterações climáticas é o grande desafio dos últimos tempos. Mas, lembra o ministro, é um desafio de todo o planeta e de todos os povos: “À escala global é insuportável termos mais vencedores e mais perdedores por causa desta luta”. E neste sentido, a “geoestratégia e a abordagem à escala do planeta” destes assuntos é fundamental, defende, chamando a atenção para o continente africano que, neste momento, é aquele que merece mais a atenção de todos e, que estará muito presente durante a conferência de hoje.

[blockquote style="2"]Urge que a reação seja disruptiva quanto aos modelo que nos conduziram ao atual estado de degradação ambiental[/blockquote]



Por seu turno, António Costa, primeiro-ministro de Portugal, também quis reforçar que o atual modelo económico não tem futuro e não permite responder aos grandes desafios ambientais, nomeadamente, combater as alterações climáticas, reduzir a poluição e inverter a perda da biodiversidade.

Este é o tempo de agir: “Urge que a reação permita não só apoiar a recuperação económica social em resposta à pandemia, mas também que seja disruptiva quanto aos modelo que nos conduziram ao atual estado de degradação ambiental e, simultaneamente, promotora de um novo desenvolvimento mais justo e equitativo e, dentro dos limites dos sistemas naturais”. Em suma: “Que olhe para o presente com olhar no futuro”, sustentou.

António Costa defende que a atuação seja, essencialmente, sobre toda a cadeia de valor de produtos e serviços, de forma a aumentar a sua circularidade. E a pandemia, atenta o governante, evidenciou a importância da Europa “reduzir a sua dependência de materiais críticos” e, assim, “assegurar uma maior autonomia em várias áreas de atividade”. Neste campo, a “bioeconomia sustentável” surge com uma área que oferece “grandes oportunidades de crescimento”, defende António Costa, reforçando a importância de “explorar a contribuição de novos modelos económicos” para combater as alterações climática e, simultaneamente, promover uma “recuperação dissocial, justa e equitativa” dentro dos limites do sistema natural.

O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) coloca assim no terreno “ações concretas de adaptação do território” às alterações climáticas, como sejam as “intervenções na proteção e defesa da florestas e a gestão eficiente de recursos hídricos” a par de medidas que “apoiam a descarbonização profunda da economia” e que “incluam a aposta na mobilidade sustentável, na descarbonização da indústria, na bioeconomia sustentável e na eficiência energética”. E nesta última, o apoio à energia das fontes renováveis inclui também a “aposta do hidrogénio” visando a criação de uma “nova cadeia de valor virada para o futuro”, remata.

A sessão, decorre no âmbito da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, e vai reunir vários especialistas nacionais e internacionais que vão debater sobre a contribuição de novos modelos económicos, incluindo a economia circular e a bioeconomia sustentável.